

4.2

João de Nô,
o primeiro rezador da
Serra do Padeiro.

Daniela Fernandes Alarcon
Audisseia Kapri Padilha Nascimento

RESUMO

Nesta comunicação, apresentarei elementos da trajetória de João de Nô (João Ferreira da Silva, c. 1905-1981), rezador e antepassado proeminente na aldeia Serra do Padeiro (Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, Brasil). Enfatizando seu lugar na memória social, considerarei sua trajetória de resistência territorial e sua atuação no culto aos encantados, estabelecido a partir de *louvações* em sua casa. Descreverei seu papel na transmissão de narrativas sobre o esbulho – que têm servido de lastro às *retomadas de terras* – e sua atuação para a manutenção sustentada do grupo étnico nos períodos agudos da diáspora. Considerarei também o acionamento de sua imagem na construção dos modos de vida partilhados na aldeia e sua participação na recuperação territorial, compreendida pelos Tupinambá como um fazer político em que convergem vivos e mortos.

PALAVRAS-CHAVE

Tupinambá
Retomadas de terras
Biografia
Território

Vovô tinha um cacho de cabelo –
o cabelo de seu avô era bom
e era penteado de banda...

Ele tinha um cacho de cabelo
aqui que fazia assim, ó, andava,
bulia sozinho, quando ele estava
trabalhando [espiritualmente].

E, aqui em cima do peito,
tinha um negócio...

Quando você botava a mão,
sua mão ia lá longe,
jogava sua mão lá, assim.

Dirigindo-se a sua filha, Magnólia Jesus da Silva descreve a imagem que lhe vem à mente quando se lembra do avô, João de Nô (João Ferreira da Silva, c. 1905-1981). Franzino, sempre trajando camisas de mangas longas abotoadas até a gola, às vezes também paletó, ele tratava de tanta gente necessitada, que os ramos de arruda que empunhava diante do altar lhe deixaram um calo no dedo. Seus poderes religiosos, tremendos, envolviam-no em mistérios, como a mecha de cabelo que se mexia sozinha e a força que lhe vinha do tórax. Conhecida pelo vigor de sua mobilização política contemporânea,¹ a Serra do Padeiro – uma das aldeias da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, que se estende por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus, São José da Vitória e Una, no sul da Bahia – tem em João de Nô seu primeiro grande *rezador* e um de seus *troncos velhos*, isto é, um dos antepassados proeminentes na memória social do grupo.

Neste ensaio biográfico, apresentarei alguns elementos da trajetória de João de Nô em conexão com o presente, isto é, enfatizando seu lugar na memória dos Tupinambá da Serra do Padeiro no contexto da recuperação territorial desencadeada em meados dos anos 2000, quando se registraram naquela aldeia as primeiras *retomadas de terras*. Recuperando lembranças de meus interlocutores em torno de João de Nô, destacarei a importância dessa personagem para a conformação da identidade tupinambá, levando em conta principalmente sua atuação no estabelecimento do culto aos *encantados*, entidades não humanas centrais na cosmologia tupinambá, em conexão com sua trajetória de resistência territorial; seu papel na transmissão de narrativas sobre o esbulho, que vêm lastreando a luta pela terra; sua contribuição para a manutenção sustentada do grupo étnico nos períodos agudos da diáspora, em razão do avanço da fronteira capitalista no sul da Bahia; algumas das maneiras pelas quais sua imagem é acionada na construção dos modos de vida partilhados na aldeia, destacando-se os valores sociais nele encarnados; e sua participação no processo de recuperação territorial travado pelos Tupinambá, por eles considerado um fazer político em que convergem vivos e mortos.

Os depoimentos aqui mencionados foram registrados na aldeia Serra do Padeiro, entre 2010 e 2017, em conversações com indígenas dos diferentes troncos familiares que compõem a aldeia, não se limitando, portanto, aos descendentes de João de Nô, mesmo que predominem citações diretas destes últimos – em particular, de dona Maria da Glória de Jesus, sua nora.¹ Dois descendentes do rezador são figuras destacadas na Serra do Padeiro: seu filho, hoje pajé, conhecido como seu Lírio (Rosemiro Ferreira da Silva), e um de seus netos, o cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva). Ainda que João de Nô seja claramente referido a um tronco familiar específico, ele é personagem central na vida da aldeia como um todo. Em alguns casos, pseudônimos são utilizados, com asteriscos na primeira ocorrência. Termos, expressões e trechos de fala curtos proferidos por alguns de meus interlocutores com certa recorrência e que não se tenciona atrelar a um falante em particular estão grafados em itálico na primeira aparição; falas de um interlocutor especificado no texto aparecem entre aspas.

¹ Desde 2004, os Tupinambá da Serra do Padeiro realizaram 89 retomadas de terras; ver Alarcon (2013).

¹ Alguns dos depoimentos referidos neste artigo foram publicados em Alarcon (2013); parte da reconstrução biográfica que aqui se apresenta também figura naquele trabalho.



Seu Lírio (Rosemiro Ferreira da Silva), o pajé, segura retrato de seu pai, João de Nô (João Ferreira da Silva), diante da última morada do rezador, na Fazenda São João, na aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Por Daniela Alarcon (2016).

DA LOUCURA ÀS LOUVAÇÕES: MEMÓRIAS DE JOÃO DE NÔ

“Esfaliceu João de Nôr no dia 16 de agosto de 1981,
as 3 hora”.

A caligrafia de seu Lino de Quadros preenche de ponta a ponta o livro dos mortos que ele manteve por décadas, até morrer, em 2019. Não indígena, seu Lino morava em um sítio na Serra do Padeiro, vizinho aos Tupinambá. Continuando o hábito de sua mãe, também mantido por um de seus irmãos, ele anotava todos os passamentos de que tinha notícia, inclusive de seus animais de criação. O registro mencionado não sinaliza apenas o fim da vida de João de Nô: para os Tupinambá da Serra do Padeiro, o acontecimento inaugurou um período de agudização do esbulho. Se começo este perfil biográfico aludindo à morte de João de Nô, para só depois recuar no tempo, invocando seu nascimento, as circunstâncias pelas quais se tornou um rezador respeitado na região e os ensinamentos que deixou para os descendentes por meio de suas palavras e seus hábitos, é porque esse momento de crise é capaz de iluminar as conexões entre a figura de João de Nô e a ação política contemporânea dos Tupinambá, como tratarei de explicitar mais adiante. A seguir, antes de discutir os desdobramentos da morte de João de Nô e suas repercussões contemporâneas, recuperarei algumas informações sobre sua trajetória, retrocedendo até o tempo de seu pai, o Velho Nô (Francisco Ferreira da Silva, c. 1868-1962).

Na narrativa familiar hegemônica acerca do grande tronco composto pelos Ferreira da Silva/Bransford da Silva, a posse inicial das terras em torno da Serra do Padeiro remonta ao Velho Nô. Ele teria nascido em Caetité, no sertão da Bahia. De descendentes, ouvi duas versões sobre sua origem. Segundo a primeira, sua avó paterna teria sido uma *índia do mato*, que *não comia salgado*, chamada Zefinha.² A certa altura, o pai do Velho Nô, Augustino, abandonou Zefinha (*pegou uma moça e fugiu*) e, na esteira desse acontecimento, os nove filhos do casal *se esparramaram*. Conforme a segunda versão, o Velho Nô seria filho de uma indígena caeté, estuprada pelos filhos de um fazendeiro. O que se sabe com segurança é que, ainda jovem, *naquelas doenças de vir para o sul*, isto é, para

a região cacauceira, o Velho Nô se transferiu a Olivença, sede do antigo aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Escada, hoje distrito de Ilhéus. Chegou junto a um irmão mais velho, Reginaldo, que logo sumiria da narrativa.

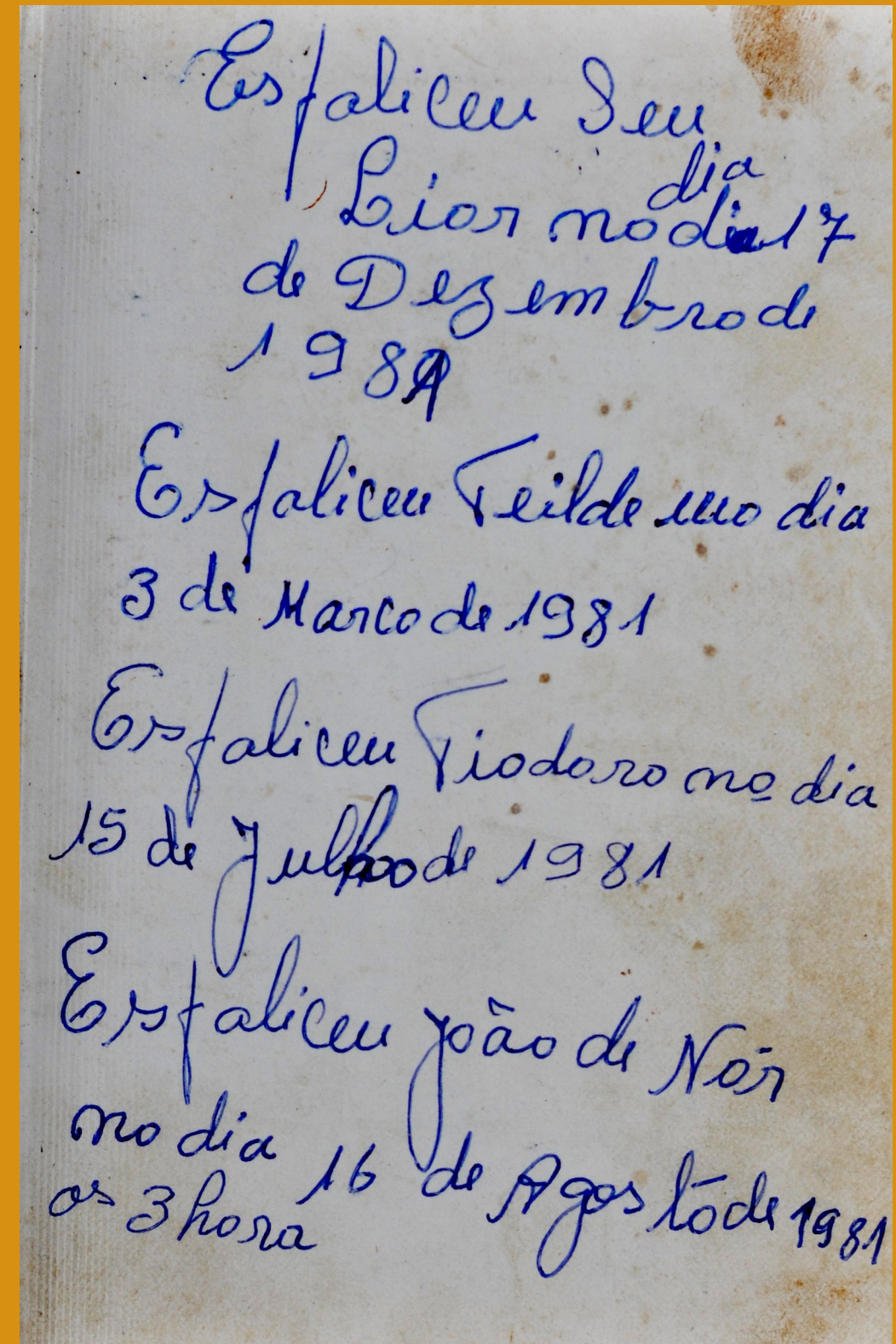
Mais tarde, o Velho Nô se internou na Serra do Padeiro, estabelecendo relações com os indígenas que ali viviam. Casou-se com Índia Morena (Maria Izabel), de quem pouco se sabe, a não ser que ainda se encontram roças plantadas por ela na região da Cajazeira, na TI. Desse relacionamento, por volta de 1905, nasceu João de Nô e, nos anos subsequentes, outros filhos. Segundo seu Lírio, João de Nô só foi registrado quando já era avô; na época, calculou a idade como podia. Por volta de 1930, o Velho Nô se uniu a Julia Bransford da Silva. Também de Olivença, Julia era neta, pelo lado materno, de Manoel Nonato do Amaral, indígena que, no começo do século XX, foi chefe político local, e, pelo lado paterno, de uma portuguesa, de quem herdou o sobrenome Bransford. Alguns filhos do Velho Nô e de Julia ainda vivem na Serra do Padeiro, concentrados principalmente junto ao rio de Una.

Em uma narrativa alternativa – é significativo que ela me tenha sido confiada por mulheres –, o caráter inaugural da chegada do Velho Nô é atenuado. Levando em conta que já moravam na área muitos antepassados (pela linha materna) dos indígenas que vivem lá hoje, essas falas enfatizam que a ligação da família de João de Nô com essa porção do território é muito mais antiga, e a relação do Velho Nô com os indígenas da região, mais ambígua. Quando tentava penetrar na região serrana, a partir de Olivença, conta uma senhora, o Velho Nô foi flechado. “Com jeito, com calma, ele foi se apoderando dos índios”. Certo São João, disse, ele espalhou pela mata pedaços de carne de boi, gomos de bambu cheios de cachaça e fumo: “Quando voltou, estava uma ruma de índio, tudo bêbado, caído. Depois disso, foi como ter amansado os índios. [...] *E foi assim que ele conseguiu mulher*” (ênfase minha).

Continuando, minha interlocutora observou: “Quando caiu aqui para dentro, fez a coisa que o branco fazia”. Ela ressaltou, contudo, que o Velho Nô não se valeu de violência aberta ao penetrar no território, contrapondo-o a não indígenas lembrados por haverem perpetrado tocaias e massacres. Enfatizando o papel desempenhado

² Entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, *comer sem sal* é frequentemente referido como um diacrítico dos *índios bravos* ou *índios da mata*, isto é, de seus antepassados.

Notícia da morte de João de Nô (João Ferreira da Silva), em 16 de agosto de 1981. Reprodução de página do livro dos mortos do acervo de Lino de Quadros, por Daniela Alarcon (2016).



pelo casamento com mulheres indígenas na fixação dos homens vindos do *norte* ou do *sertão*, ela concluiu: “As terras, na verdade, eram da Velha Morena [Índia Morena]”. Muitos indígenas com os quais conversei frisaram o papel de suas antepassadas indígenas na adaptação dos não indígenas ao território e na construção dos modos de vida que seriam continuados por filhos e netos. Os homens que chegaram à Serra do Padeiro como *desbravadores* adquiriram intimidade com o território com base no trabalho (ao estabelecer roças, caçar, pescar e coletar), mas também em contato com os conhecimentos nativos encarnados nas mulheres.

Com o passar dos anos, os descendentes do Velho Nô, tanto os da *família nova* (do casamento com Julia) quanto os da *família antiga* (do casamento com a Índia Morena), espalharam-se pela região. Julia também detinha terras e, com isso, o tronco Ferreira da Silva/Bransford da Silva passou a ocupar uma extensão significativa do território. A posse da maioria das áreas era *de boca*, isto é, não documentada, mas o Velho Nô mantinha razoáveis relações com os poderes políticos locais, inclusive com o principal *coronel* da região, Manoel Pereira de Almeida. Desse modo, assinalam alguns de seus familiares, não teve problemas para manter as posses ao longo do tempo. Após sua morte, João de Nô de certa forma o substituiu (*os irmãos todos pediam bênção a ele*), evitando o fracionamento completo das terras da família, a despeito das pressões que já existiam. “João de Nô dizia que não era para vender a terra, e que quem comprasse ia se arrepender, ia sofrer”, diz dona Maria, esposa de seu Lírío. Ainda assim, alguns irmãos de João de Nô perderam seus lotes em transações realizadas em condições profundamente assimétricas. O avanço de não indígenas sobre as terras da família, porém, atingiria outra escala somente após a morte de João de Nô, como veremos.

O Velho Nô ainda vivia quando João de Nô *enlouqueceu*. Em numerosas narrativas, esse é o acontecimento inaugural de sua vida de rezador. Couto (2008, p. 126-128) situa o período de *loucura* no final da década de 1950. Um longo depoimento de dona Maria a Couto começa com menções à fragilidade física de João de Nô quando recém-nascido. Segundo ela, “ele nasceu quase morto”; ainda que tenha se criado, conforme crescia, seus parentes nunca deixaram de sentir “que ele tinha alguma coisa diferente” (COUTO, 2008, p. 126). Já adulto, João de Nô passou a ser acometido por crises de loucura. Como ninguém pudesse com ele, os parentes o amarravam

com grossas correntes, mas sua força era tamanha que, invocando os poderes de São Sebastião, terminava por rompê-las. Quando não, seu Lírío, ainda menino, o soltava. Esse último elemento da narrativa parece marcar, de modo sutil, a conexão especial entre João de Nô e o filho, para o qual transferiria, na hora da morte, seus poderes espirituais.

A respeito das crises de loucura de seu sogro, dona Maria conta:

“Ele apanhava uma viola, duas bordunas, três espingardas, uma chumbeira e subia no ar, saía do chão! Ele manobrava essas três espingardas, rodava e caía em pé no chão novamente” (COUTO, 2008, p. 127).

Em depoimento concedido a mim, descrevendo o drama que se abateu sobre a família, ela deixa ver a *influência espiritual* que João de Nô exercia sobre os parentes:

“Quando o Velho João endoidou, endoidou Dai [Dilza Bransford da Silva, filha do segundo casamento do Velho Nô], endoidou Nengo [Jonas Bransford da Silva, irmão de dona Dai], endoidou Lita [Maria Bransford da Silva, também irmã de dona Dai e seu Nengo], endoidou a família toda”.

Sem atinar com outros caminhos, o Velho Nô decidiu levar o filho de navio a Salvador, acorrentado, para se consultar com Mãe Menininha do Gantois (Maria Escolástica da Conceição Nazareth). Ao reportar o que Mãe Menininha teria dito na ocasião, dona Maria marca a extensão dos poderes de João de Nô. “Quando chegou lá[,] a titia dele [Mãe Menininha] disse a ele que não curava ele[,] não, que ele tinha poder de curar ela e não ela curar ele” (COUTO, 2008, p. 127). Ainda segundo seu depoimento, Mãe Menininha cuidou dele apenas fisicamente – arrancou dentes podres, tratou dos ferimentos ocasionados pelas cordas e correntes com as quais o prendiam – e o mandou de volta à Serra do Padeiro, afirmando que ele tinha uma *sentença* a cumprir. Tão logo voltou, ele começou a curar doentes, com banhos de folhas da mata. Ainda hoje, episódios de loucura são frequentes entre descendentes de João de Nô e outros indígenas. Comumente, são associados à puberdade e à necessidade de estabilização das relações com os encantados, por meio de *fechamento de trabalho* com o pajé. Para Couto, a loucura de João de Nô é “a mais antiga iniciação de que se tem notícia na Serra do Padeiro” (2008, p. 126).

A fama de João de Nô correu a região. “De Una, Olivença, esse mundo, quem tivesse qualquer coisa, só vinha para a Serra, atrás do velho João”, lembra Carmerindo Batista da Silva, indígena que conviveu com João de Nô. Como nota dona Maria da Glória, “nesse tempo, nem uma consulta no médico não podia fazer, o médico era o velho João”. Sua imagem era fortalecida tanto pela capacidade de curar quanto pelos poderes de comunicação à distância e adivinhação, como discutirei adiante. Além de tratar dos doentes ou necessitados que o procuravam para *consultas*, João de Nô passou a realizar cotidianamente *louvações* (sessões de reza), fechamentos de trabalho e festejos religiosos diversos. Com o passar do tempo, constituiu-se na Serra do Padeiro uma manifestação religiosa com características específicas, assentada no culto aos encantados. O principal marco territorial associado a essas entidades é a formação rochosa que dá nome à aldeia; situada a seus pés, a Fazenda São João, posse de João de Nô, era o lugar onde ele conduzia os rituais. No interior de sua casa – uma construção de madeira, de *soalho*, erguida por seu Lírío quando o pai já estava velho e doente –, ficava o *santo*, como é referida a principal imagem de São Sebastião do altar, junto a outros objetos devocionais. O culto persiste na Serra do Padeiro, como detalharei na seção seguinte – de fato, com as retomadas, adquiriu vitalidade notável, atraindo grande quantidade de adeptos.

Ainda em vida, João de Nô legou a seu Lírío, seu filho mais velho, um pedaço de terra contíguo à São João. Ali, seu Lírío e dona Maria se estabeleceram e tiveram seus filhos. Como se indicou, logo após a morte de João de Nô, em 1981, iniciou-se um período de intenso assédio por parte de não indígenas, que encontraram a família fragilizada – muito havia mudado desde o tempo em que o Velho Nô era a principal referência local. À primeira pessoa que o abordou propondo negócio com a terra, seu Lírío respondeu: “Isso aí não é de vender, é de todo mundo viver aí dentro”. Alguns de seus irmãos e tios, porém, venderam suas partes na Fazenda Boa Vista, antes de posse do Velho Nô, e na São João. Acuados por *cartas de advogado*, tocaias e outras formas de pressão, seu Lírío e dona Maria decidiram realizar um recuo tático. Tendo vivido até então à margem do aparato oficial de controle fundiário, perceberam que precisariam recorrer a ele em busca de proteção; com isso, perderiam a maior parte da terra, mas não tudo.

Em 7 de dezembro de 1981 – menos de quatro meses após a morte do pai –, seu Lírío cadastrou sua Fazenda

Belém, com 20 hectares, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A área que herdara era consideravelmente maior, porém, se declarasse tudo, não teria condições de arcar com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Ato contínuo, vendeu os dois terços restantes a um não indígena, Manoel Prado, que logo transferiu a área a Arlindo Berilo Alves; este, por sua vez, vendeu-a depois a José Bastos Ribeiro. A última morada de João de Nô, o pé de manga que marcava o local da casa anterior, roças de cacau e pés de fruta plantados por ele: tudo ficou para lá da cerca. As relações relativamente cordiais com os pretensos proprietários franqueavam aos Tupinambá algum acesso à área. Arlindo permitiu que o altar de João de Nô permanecesse na sede da São João, já que a morada de seu Lírío e dona Maria era pequena para acolhê-lo. Ele permaneceria ali até que seu Lírío construísse um local específico para a guarda das imagens.

Se a morte de João de Nô aparece como marco inicial de um período de correlação de forças extremamente desfavorável aos indígenas – que só depois de quase vinte anos tornariam a se mobilizar mais amplamente para demandar do Estado seus direitos territoriais –, é importante enfatizar que, conforme seus descendentes, antes de partir, ele deixou orientações para enfrentarem os tempos difíceis. Uma narrativa frequentemente repetida na aldeia dá conta da *missão* que, no leito de morte, ele teria legado para três de seus netos, filhos de seu Lírío e dona Maria.³ Baiaco (Jurandir Ferreira da Silva), o neto mais velho, que havia sido criado por João de Nô, deveria aprender a leitura, a escrita e as quatro operações matemáticas, para que a família não fosse passada para trás, especialmente em negociatas com terra e na comercialização da produção agrícola; Magnólia deveria estudar sem parar, pois a ela competiria ensinar os irmãos menores e organizar a vida cotidiana da aldeia; e Babau, por sua vez, deveria deixar a Serra do Padeiro, estudar e trabalhar, chegando a conhecer profundamente o mundo dos brancos, à espera da revelação futura de qual seria seu papel na aldeia.

Assim como essas orientações, João de Nô deixou a seus descendentes diretos um substrato material, mesmo que exíguo; um conjunto de práticas e ensinamentos, partilhados com os demais troncos familiares que

3 Em pesquisa de doutorado em andamento, junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA), Nathalie Le Boulter PAVELIC (2019) reconstruiu e analisa em detalhes essa narrativa.

constituíram a aldeia em sua feição contemporânea, aos quais tornarei adiante; e profecias sobre o retorno da terra, que serviriam de combustível para a luta política. Pouco antes de morrer, transferiu a seu Lírio seus poderes religiosos; em depoimento a Couto, o pajé afirmou que, até então, “não sabia de nada” (2008, p. 66).

Após a morte do pai, ele passou a sentir “uma coisa forte assim por dentro” (COUTO, 2008, p. 128).

“Eu passei uma semana assim meio destrinchado... [risos]. E aí eu mesmo peguei umas folha[s] no mato e fiz banho e tomei, e quando deu umas duas semana[s] eu já passava banho pra qualquer pessoa doente [...]” (COUTO, 2008, p. 129).

As práticas religiosas que se constituíram em torno de João de Nô e, depois, de seu Lírio seriam cruciais para a manutenção do grupo étnico e a mobilização política da aldeia. Na próxima seção, considerarei historicamente o culto aos encantados e a atuação do primeiro especialista religioso da Serra do Padeiro.

O NASCIMENTO DO CULTO AOS ENCANTADOS

O principal acontecimento do calendário religioso dos Tupinambá da Serra do Padeiro – a festa de São Sebastião, realizada anualmente entre os dias 19 e 20 de janeiro – remonta ao tempo de João de Nô. O festejo inclui momentos de comunicação privilegiada com os encantados e possibilita a reunião de parentes, compadres e vizinhos, atraindo até indígenas que vivem em cidades distantes, de modo a constituir um importante mecanismo de manutenção dos vínculos que conformam a aldeia. No contexto da recuperação territorial, trata-se ainda de um momento crucial para a definição das estratégias políticas adotadas pelos indígenas no ano que se inicia, já que os encantados *baixam* de suas moradas e ocupam a *casa do santo*, manifestando-se em iniciados, oferecendo *avisos*, *conselhos* e *proteção*. As memórias em torno da festa de São Sebastião na época de João de Nô, contrastadas com as características do festejo hoje, deixam ver elementos de continuidade e transformações, como indicarei a seguir.

Hoje, a festa é realizada na casa do santo – uma construção de alvenaria, erguida em 2011, no lugar de uma casa de tábuas usada para o mesmo fim –, estendendo-se

ao terreiro e à casa de seu Lírio e dona Maria. Na época de João de Nô, não havia um espaço exclusivo para esse fim: os rituais transcorriam na casa do rezador, no cômodo onde ficava o santo, na cozinha e no terreiro. Dois elementos, contudo, marcam a vinculação entre o espaço físico de hoje e o de antes. Ainda que o altar seja agora muito maior que no passado, abrigando santos e objetos presenteados por devotos ao longo dos anos, as imagens de São Sebastião e outros santos principais são aquelas diante das quais João de Nô rezava. Além disso, a grande cruz de madeira que se vê junto à fachada leste da casa do santo é a mesma dos tempos do rezador – *não pode ser feita outra*, pode-se apenas pintá-la e decorá-la.

Mesmo que o espaço físico principal da festa tenha se transformado, permanecem esses elementos em que o grupo deposita sentidos profundos e em torno dos quais ocorrem momentos-chave do ritual. O altar é o ponto focal da festa, das consultas com o pajé, dos fechamentos de trabalho e de outros eventos religiosos. Na mesma direção, não é trivial que o início da festa seja marcado pela saída dos encantados do salão através da porta que dá para o leste, raramente usada fora desse contexto, e pelo estouro de rojões ao pé da cruz. Entre as diferentes histórias associadas à cruz, conta-se que, quando João de Nô enlouqueceu, ela ganhou vida, quicando de um canto a outro. Só quem tivesse fé seria capaz de segurá-la, afirmou João de Nô, e esse feito foi realizado por uma de suas irmãs, dona Dai.

Em fotografias antigas, é possível ver dona Dai na festa de São Sebastião, trajando um vestido branco, longo, de mangas compridas e sem decote; os únicos adornos da roupa, de modo geral bastante simples, são cruzeiros de tecido azul aplicadas na frente, na parte superior e no barrado. Esse traje é o mesmo que vestem hoje as mulheres iniciadas no culto aos encantados, tanto na festa de São Sebastião quanto em fechamentos de trabalho e outros rituais. O modelo é comum para todas, variando apenas o arranjo de cores (cabe a cada uma escolher se prefere vestido branco com cruzeiros azuis ou vestido azul com cruzeiros brancos), o tecido, o tamanho e a disposição exata das cruzeiros, entre outros detalhes da costura. Já os homens vestem calça social azul e camisa branca. Não há regras sobre que calçado usar e alguns preferem ficar descalços. Foi João de Nô quem determinou o traje: *ele já deixou assim*.

Hoje, a festa é momento de fartura: são abatidos um ou mais bois, porcos e galinhas, servidos com acompanhamentos provindos das roças. Em sua época, João de



Seu Lírio (Rosemiro Ferreira da Silva), o pajé, e iniciados no culto aos encantados em dia de festa, na casa do santo, na Serra do Padeiro, déc. 1980. Reprodução de fotografia do acervo de Rosemiro Ferreira da Silva e Maria da Glória de Jesus, por Daniela Alarcon (2012)

Nô oferecia alimentos, lembra dona Maria, mas havia mais austeridade: servia-se geralmente um caldeirão de carne (porco ou boi) e uma bacia de farofa. Ao comentar esse e outros elementos da festa, meus interlocutores marcavam o sucesso de suas estratégias políticas e da organização econômica da aldeia, que os tornam capazes de ser *farturentos* e ter acesso a bens, como as imagens de *caboclos* (encantados) em tamanho natural compradas na *casa da pamba* de Itabuna e dispostas no salão. De outro lado, alguns relatos valorizam a menor atenção, no tempo de João de Nô, ao que pode ser entendido como acessório. Conforme dona Maria e Magnólia, ele amanhecia junto ao altar, rezando os presentes, que, no meio-tempo, comiam, contavam causos e se divertiam em volta do fogo. Se hoje a festa é marcada por uma sucessão de cantos dedicados aos encantados, antes não se cantava. E João de Nô não *pegava* encantado, isto é, eles não se manifestavam fisicamente nele. Segundo dona Maria,

“Ninguém se encaboclava, que ele não deixava ninguém. Se uma pessoa se estremecesse [dando sinais de que receberia um encantado], ele ia aqui no copo [de água], rezava e levantava lá [a incorporação não ocorria].”

Ainda que se possa afirmar que ao longo dos anos o festejo tenha incorporado novos elementos, a partir dos depoimentos obtidos na aldeia, identificam-se ao menos dois que desapareceram: as *flautas de bambu* e as *caixas de reisado*, instrumentos de percussão ainda tocados na região durante a festa da Bandeira do Divino. Dona Maria lembra:

“O velho João tinha umas caixas, ele batia caixa... Não tem aquelas caixas de reisado? Era Lírio quem fazia, de pau, com couro de bicho, couro de tamanduá... Só não pode ser couro de gato. Mas de veado... Qualquer caça que matar, você tira o couro e faz”. Ainda segundo ela, as caixas ficavam penduradas na casa de João de Nô e eram tocadas na festa de São Sebastião. “Uma vez que Joana* veio aqui, eles fizeram um samba, fizeram uma brincadeira com a caixa, e Joana fez uma briga. Aí, ele [João de Nô] ficou com raiva e não bateu mais nunca”, lembra dona Maria. Os instrumentos permaneceram pendurados na casa de João de Nô, até que dona Maria os jogou fora. “Eu peguei as caixas e joguei no mato. E aí o caboclo chegou brabo comigo!”. Ou seja, um encantado

se desagradou de sua atitude, pois as coisas deveriam ser mantidas como João de Nô deixou. Agora, diz dona Maria, é preciso que seu Lírio faça outras caixas. “Não é para bater: é para botar lá no santo e deixar lá”.

A associação entre a simplicidade dos procedimentos de João de Nô, a frugalidade do ritual e a extensão de seus poderes não se restringe à festa. Esses princípios marcariam as atividades cotidianas do rezador. “Todo mundo que vinha aqui [para consultas], seu João mandava tomar um chá de cidreira e de rosa branca”, lembra dona Maria. “Você podia estar com febre, você podia estar com dor para parir, podia estar com caganeira, podia estar com o que fosse: ele mandava fazer um chá de cidreira ou de rosa branca bem forte”. Ainda que ele entendesse das *plantas do mato*, a ênfase em chás triviais, com *plantas de quintal*, que podem ser encontradas em praticamente todos os sítios e retomadas, demarca que o princípio curativo residia antes em seus poderes espirituais que nas qualidades intrínsecas das substâncias.

Diz-se que a capacidade de mediação de João de Nô junto aos encantados era tão significativa que quem frequentasse suas louvações e dirigisse seus pedidos aos encantados era prontamente atendido. Dona Maria reproduz o que João de Nô costumava dizer nessas ocasiões: “Olha, se vocês tiverem alguma coisa para resolver, vocês podem chegar aí no fundo do quintal e conversar, e pedir aos encantados, que eles resolvem. Podem sair na beira da casa e fazer um pedido, e pedir aos encantados, que eles resolvem. Agora, tem uma coisa: não peça para morrer nem para matar, não, porque morre e mata”. Porém, a transgressão de uma mulher – que ignorou o alerta de João de Nô e terminou por ocasionar a morte de um animal de criação do marido, por quem nutria profundo asco e desprezo – pôs fim a essa época de ouro, de comunicação direta entre pessoas e encantos com a chancela do rezador.

Ainda conforme dona Maria da Glória, ao repreender a mulher, ele teria dito: “Eu vou tirar esses caboclos de fazerem essas coisas, que eu sei que vai acontecer uma desgraça”. E nunca recuou de sua decisão. Mesmo que hoje possa haver comunicação não mediada entre indígenas e encantados, entende-se que ela é opaca perto do que foi. Em relação a seu Lírio, alguns indígenas – sobretudo em períodos de agudização de tensões entre troncos familiares e em contextos marcados por discordâncias a respeito de decisões políticas tomadas por membros da família do pajé – tratam de contrapô-lo a João de Nô,

afirmando, por exemplo, que o filho herdou apenas parte dos poderes religiosos do pai.

Os descendentes de João de Nô contam que, entre outras *façanhas*, ele conseguia conversar com um irmão que estava no Rio de Janeiro *sem precisar de telefone*. Em imagens recorrentes, ele aparece pedindo à esposa que apronte mais comida, pois uma visita inesperada está prestes a chegar, o que sempre se concretizava. Dona Maria lembra que ele vaticinava o número total de filhos que ela teria. “Eu era bruta, eu batia, eu xingava esses meninos, eu era um trem brabo. Ele dizia: ‘Não adianta você gritar, você vai ter dez’”. E ela teve, de fato, dez filhos. Aliás, ele *sabia* que ela estava grávida antes mesmo que ela percebesse:

Eu tinha parido um, não sei quem foi. [...] Com 38 dias, eu fui para o rio tomar banho e lavar a cabeça de novo. Quando eu vou passando no rio, ele gritou: ‘Já arranhou outro, hein?’. Aí, eu já estava chorando. [...] Eu, alegre, que estava vestindo as roupinhas apertadinhas... Já vim de lá para cá chorando. [...] ‘Seu João, tem 38 dias que eu pari, seu João!’. “Ainda vem outro, minha filha...”. Eu não acreditei. Ô, minha filha, emendei a chorar! Veio outro mesmo.

Certas narrativas marcam o contraste entre João de Nô e outros rezadores ou *curadores* da época, que, segundo meus interlocutores, não teriam os mesmos poderes que ele e enganavam as pessoas, prometendo curá-las de enfermidades para as quais não dispunham dos recursos necessários. Teria sido o caso, por exemplo, de um curador referido como Cardoso, que se dispôs a tratar de Cleide*, que sofria intensas dores no estômago. Ocorre que ela já havia procurado João de Nô, que assegurou que só um médico poderia curá-la. Dona Maria lembra:

Chegou aqui, seu João disse: ‘Olha, Cleide, Zé de Lia*, ela está com problema de um verme no estômago e a doença dela é do estômago’. De primeiro, ninguém conhecia essa doença de gastrite, né? ‘Se ela encontrar um homem da camisa branca que saiba trabalhar, um médico bom, ela sara. Agora, isso aí não é doença de rezador, de curador, não. Isso aí é doença de tratar lá fora’. E a velha Cleide ficou ruim, ruim. Aí, falaram que era mentira do velho João, que o velho João não sabia de nada. E foram na casa de Cardoso. Quando chegou lá, Cardoso disse a ela que era um feitiço, que era uma porcaria [feita contra ela].

A narrativa segue longamente, detalhando de forma quase cômica os espalhafatosos procedimentos adotados por Cardoso e pontuando o severo agravamento do quadro de Cleide, até o desfecho, com a mulher curada, após ter sido finalmente levada ao médico, *quase morta*. “Mas, Zé, eu não te disse que aquela velha não tinha nada de doença de sarar? Que não sarava? Eu não conheço doutor curador que botasse aquela velha sã. A doença dela era lá do homem branco”. Como se vê, após haverem duvidado de suas habilidades como rezador, João de Nô saiu com a reputação restabelecida, talvez até fortalecida.

O fato de ele ser descrito como *uma pessoa muito boa*, como alguém generoso, não significa que não fosse rigoroso ou mesmo que não impusesse *lições* a quem julgava merecer. Magnólia conta: “Quem fizesse presepada, ele fazia uma perversidade”. Dona Maria emenda: “Ele não fazia para deixar lá sofrendo: fazia [a pessoa] vir cá, fazia vir nos pés dele”. Foi esse o destino de um homem que roubou abóboras colhidas por João de Nô, de outro que *mangou* de seus poderes religiosos, de um terceiro que comeu um peru presenteado ao rezador para abate na festa de São Sebastião e de outro ainda que, a despeito dos avisos em contrário, usou as caixas de reisado do santo para fazer *um samba da largura da goela*. As quatro narrativas apresentam estruturas semelhantes; vejamos a primeira.

Certa feita, um roçado de João de Nô produziu muitas abóboras, grandes e vistosas. Ao passar pelo lugar, que ficava em um alto, ele apanhou três abóboras bem compridas e as deixou junto à roça, com o intuito de, na volta, levá-las para casa. Dona Maria reconstitui o que seu sogro teria dito naquele momento, dirigindo-se a um encantado: “Ó, Barba Trançada, tome conta dessas abóboras; essas abóboras, depois eu venho buscar. Estão roubando as abóboras todas, mas eu vou entregar a Barba Trançada, e Barba Trançada vai tomar conta dessas abóboras. E aí de quem bulir nessas abóboras!”. Não muito depois, um vizinho que chamarei Odair* passou por lá, viu as abóboras já apanhadas e as carregou. Dona Maria prossegue:

Quando passou com essas abóboras no saco, que atravessou um pau [pinguela], deu um estralo no joelho! Deu um estralo no joelho e já chegou arrastando o quarto. Já chegou se arrastando... Chegou lá, caiu em cima da cama. ‘Uai, uai!’, gritando. Cagava e mijava da cama. E Penha* tinha uma ruma de menino desse tamanho – Penha era imunda que doía. A casa de Penha

chegava a feder. [...] Ê, menino! Esse cara em riba da cama, de febre, uma dor nessas pernas, cagava e mijava.

Como Odair não conseguisse sequer conciliar o sono de tanta dor, sua esposa conseguiu que um vizinho lhe emprestasse um burro, e levou o enfermo a João de Nô. Quando chegaram à Fazenda São João, o rezador já os esperava no balaústre. “Tu veio, não foi, bichinho? Tu veio, não foi?”. “Ô, seu João, não aguento mais não. Odair não anda mais não”. “Anda sim. Esse descarado! Isso aí é para você aprender, é para você nunca mais roubar! Você sabe quem eu deixei tomando conta daquelas abóboras? Eu deixei Barba Trançada! Pule de cima desse burro e vá de pé!”. Ato contínuo, Odair desmontou, completamente curado.

Quando uma de suas filhas, Anita*, fugiu com um homem que João de Nô não aprovava, ele rapidamente agiu para reverter a situação. Pediu a sua esposa um lenço de pano, jogou-o em um canto e avisou que nos três dias seguintes ninguém deveria tocar no objeto. Quando Anita, que já se encontrava na casa do homem, pegou um lenço, o efeito foi imediato. Dona Maria conta: “Ela endoidou. Sem dinheiro, a pé, e foi para a rodagem embora. Encontrou o velho Moacir*, o pai de Lô*. Chorando: ‘Ah, meu padrinho, eu vou-me embora’. ‘Você vai para onde?’. ‘Eu vou-me embora, não fico mais não’”. Muitas narrativas repetem estes motivos: a rapidez e a eficácia da ação de João de Nô, o modo avassalador como ela recaí sobre seus alvos, levando-os muitas vezes a agir obstinadamente, mas sem saber por quê. “Aí ela pediu um dinheiro, o velho Moacir deu a ela, ela pegou, se picou e foi embora. O homem lá sumiu, endoidou, se acabou. E Anita foi embora e largou dele”. Como se vê, João de Nô não titubeou em utilizar seus poderes religiosos para garantir que prevalecessem seus designios como *chefe de lugar*, isto é, *cabeça* de uma família extensa.

Outras narrativas, por sua vez, adquirem contornos mais leves, ao destacarem caprichos do rezador. De quando em quando, João de Nô viajava para a costa, onde sua madrastra e seu pai tinham terras. Certa vez, levava um burro carregado de provimentos da roça e ia em busca de peixe fresco. Ao chegar a um armazém na localidade conhecida como Independência, hoje parte do município de Una, perguntou se alguém dispunha de peixe para vender. O homem da venda, porém, informou-lhe, em fala reconstituída por dona Maria a partir do relato de João de Nô: “Ah, seu João, Firmino saiu daqui agora, foi para a Colônia de Una com um saco de

peixe para vender. Botou mais de 20 quilos de peixe nas costas – cada um peixão assim – e foi para a Colônia de Una vender. Saiu daqui agora”. João de Nô pediu que ele apontasse o rastro de Firmino na estrada, dirigiu-se até ali, fez alguns movimentos com as mãos, sentou-se na venda e ficou esperando, sem sequer olhar para a estrada. Dona Maria prossegue:

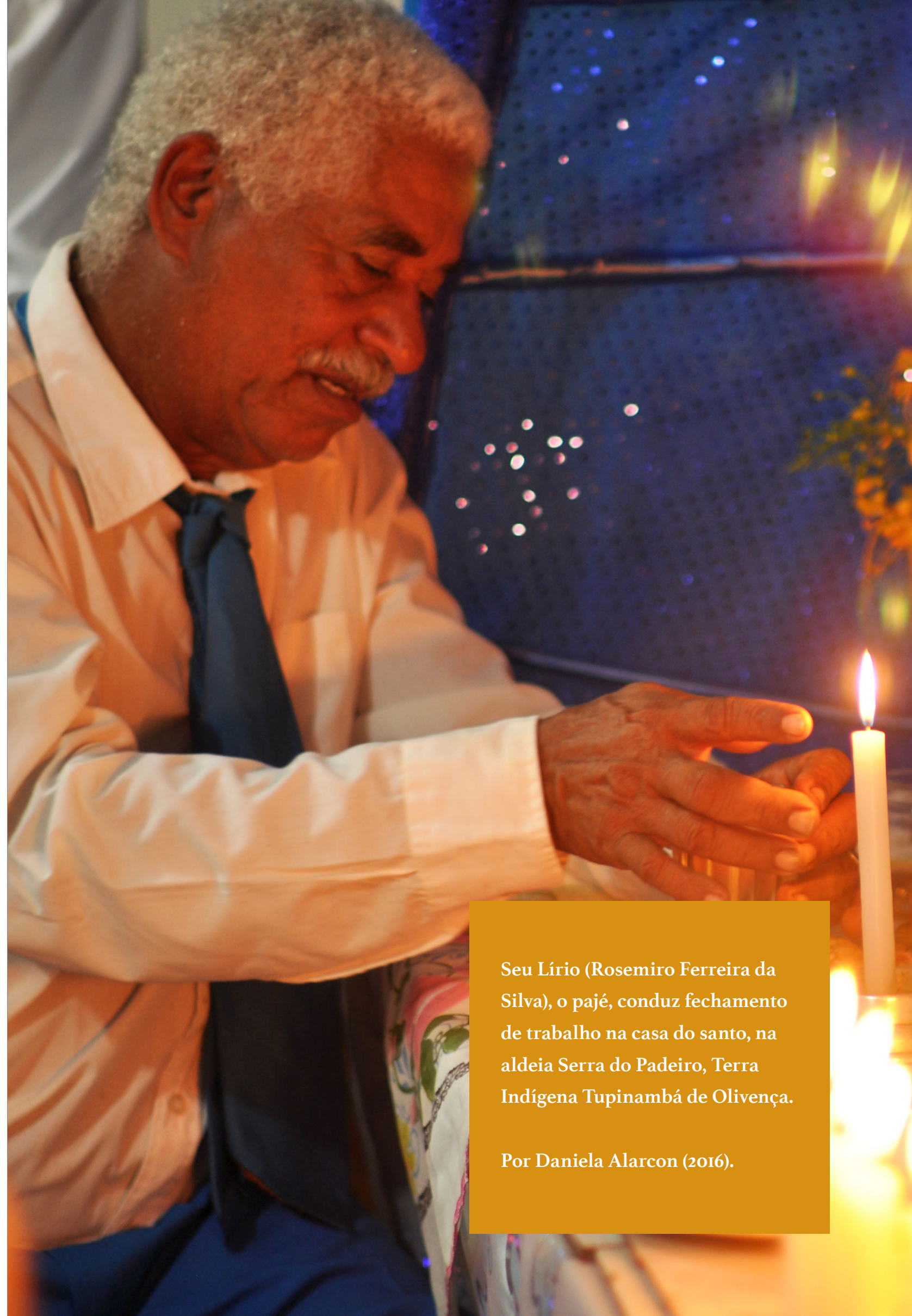
Com pouca [hora], o homem disse: “Ó, Seu João! Eu estou avistando um aqui e é Firmino que vem ali!”. Seu João: “Será?”. “É ele!”. Aí, com pouca hora, ele chega, com o saco nas costas, com o peixe nas costas. Diz que ele ia chegando na Colônia com o peixe nas costas... Diz que deu uma vontade de voltar tão grande, ele não aguentou e voltou. Chegou cá, seu João: “Quiá, quiá, quiá!”. Ele sorria. “Ó, Firmino, por que é que você voltou?”. “Eu não sei, seu João, por que é que eu voltei”. “Você não estava perto de lá?”. “Foi, mas me deu vontade de voltar, eu voltei, tive que voltar”. “Não, Firmino, então eu fico com o peixe”. Comprou o peixe, pagou o peixe, pegou uma lata de farinha, deu, pegou um pedaço de fumo – que ele levava tudo quando ia –, aí deu tudo a ele. Quando acabou, pagou o peixe e veio para o sítio.

Ainda que João de Nô seja comumente referido como *médico*, muito procurado para tratar doenças, muitas de suas intervenções operavam em questões que poderiam ser consideradas menores, quase banais. Por exemplo, certa vez agiu espiritualmente, sem sair do lugar, para que um homem devolvesse o pedaço de sabão e o vestido que havia roubado de uma mulher. Em outros casos, tratava-se de localizar objetos perdidos, em relação aos quais já não havia esperanças. Apesar da aparente insignificância desses acontecimentos, se tivermos em mente a centralidade das relações de vizinhança e compadrio nessa sociedade, baseadas em valores morais partilhados, e o parco acesso que se tinha a bens manufaturados, percebe-se com mais clareza o sentido da atuação de João de Nô ao reaver objetos e evitar que os malfeitos de alguns indivíduos se tornassem conflitos mais sérios, pondo em risco a sociabilidade na área.

Como indiquei, mais que se estabelecer como rezador, João de Nô fundou uma comunidade religiosa. Antes de concluir esta seção, consideremos, brevemente, os fechamentos de trabalho, ritos de passagem fundamentais para a constituição dessa comunidade. Hoje, os fechamentos de trabalho com seu Lírrio dão continuidade àqueles executados por seu pai. Eles podem ser feitos

para curar doença ou loucura (frequente na puberdade), *tirar cachaça*, estabilizar as relações com os encantados ou para proteção. Durante um período fixado pelo pajé – que gira em torno de seis meses, mas varia – quem pretende fechar trabalho segue algumas obrigações. Deve rezar diariamente, em horários determinados; não beber e não ficar em porta de bar ou encruzilhada; abster-se de relações sexuais em certos dias da semana; no caso das mulheres, não *ter vaidade* (não usar esmaltes ou roupas decotadas, não fazer as sobrancelhas); e não guardar rancor. Se as determinações são descumpridas, o período de fechamento pode dobrar ou triplicar; em caso de reincidência, o pajé pode se recusar a prosseguir. Ao final, tem lugar uma louvação na casa do santo, à qual acorrem membros da aldeia, notadamente os que têm trabalho fechado, e vizinhos. Na ocasião, o pajé *fecha o corpo* daquele que vinha se preparando, sucedendo-se um breve período de resguardo.

Ainda é possível encontrar indígenas que fecharam trabalho com João de Nô ou que iniciaram o processo com ele e terminaram com seu Lírrio. É o caso de Dulce*. Dona Maria conta: “Quem começou o trabalho de Dulce foi o velho João. [...] Dulce era assim: quando morria uma pessoa ou um menino, Dulce endoidava. [...] Caía no mato, caía, enrolava, deitada... Endoidava! Ficava doída, doída. Morreu e ela soubesse, na mesma hora ela morria”. Mesmo sem conhecer o morto. “Dulce ficava doída um bocado de dias. Aí, o povo trazia para a casa do velho João. O velho João rezava, ajeitava, passava um banho. E melhorava. Passava uns tempos: ‘Ói, Dulce está doída de novo!’”. Após mais uma recaída, João de Nô mandou levarem Dulce para junto dele. “O velho João passou o banho, começou a fazer o trabalho de Dulce, botou Dulce para rezar, passou remédio... [...] Aí, Dulce melhorou”. Contudo, naquela época, ela não terminou o trabalho. “Depois que o velho João morreu, muitos tempos [depois], é que Lírrio fez o trabalho de Dulce”. Figuras como ela, que participavam dos rituais com João de Nô e seguem ativas com seu Lírrio, personificam a continuidade que se entende haver entre os dois especialistas religiosos, guardando as memórias do culto aos encantados.



Seu Lírrio (Rosemiro Ferreira da Silva), o pajé, conduz fechamento de trabalho na casa do santo, na aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Por Daniela Alarcon (2016).

A PROFECIA DO RETORNO DA TERRA E AS RETOMADAS

“Pai faleceu e deixou aqueles cantos. Como é que a gente abandona os nossos cantos e vai para outros? Não. A gente foi cuidar dos nossos cantos e fazer o que ele fazia. Então, graças a deus, tudo continua dando certo”.

Recuperando as lembranças do avô, a quem se refere como pai, Baiaco enfatiza a continuidade entre as práticas de João de Nô e as de seus descendentes. Note-se, nessa formulação, os dois sentidos de *canto*: música entoada no culto aos encantados (e, por extensão, o próprio culto) e lugar. Para Baiaco, aquele que abandona seu lugar e interrompe os cuidados com os encantados, deixando de se orientar pelos ensinamentos (enunciados ou não) dos troncos velhos, seguramente se desencaminhará. As menções aos exemplos oferecidos por João de Nô e aos conselhos que deixou aos parentes são reiteradas, efetuadas inclusive por quem não o conheceu. Desse modo, ele se faz presente no cotidiano da aldeia, oferecendo aos parentes balizas para se *viver bem*.

Ao tempo em que demarcavam as habilidades de João de Nô como rezador, meus interlocutores o descreviam como alguém trabalhador, característica sumamente valorizada. Quando cruzávamos roças de cacau antigas, associadas a João de Nô, Baiaco se descrevia menino, com pequenas botas de borracha imitando as do avô/pai, deslocando-se a seu lado. São as mesmas botas que se vê em um monóculo fotográfico dos anos de 1970, em que ambos aparecem de pé, diante da sede da Fazenda São João, com Maria, a última esposa de João de Nô, ao fundo. “Se você deixa a roça bem cuidada, bem limpa, não falta cacau e não falta dinheiro. Pai dizia: ‘Se você plantar nessa subida aqui três pés de feijão, quando você voltar, dá quase um litro e você já tem o que comer’”.

Falas como essa retornam quando se trata, por exemplo, de criticar um parente tido como *preguiçoso*. Ora, se os antepassados ensinaram como viver, a eles há que se voltar para ajustar a própria conduta ou as dos demais. A inclinação de João de Nô para o trabalho aparece materializada na mata, em trilhas afundadas por suas pisadas, nos cacauzeiros plantados por ele que ainda estão de pé e nos antigos *rumos* de suas roças – por exemplo, na *carreira de jacas* que dividia as áreas de João de Nô e de seu irmão Zé Hortênsio (Belisário Ferreira da Silva), que acabaram, ambas, nas mãos de não indígenas. Contudo,



João de Nô (João Ferreira da Silva) e seu neto Baiaco (Jurandir Ferreira da Silva) diante da casa de soalho; ao fundo, a última esposa de João de Nô, Maria, na Fazenda São João, Serra do Padeiro, déc. 1970. Reprodução de monóculo fotográfico do acervo de Rosemíro Ferreira da Silva e Maria da Glória de Jesus, por Daniela Alarcon (2012)

as novas linhas, as divisas das fazendas, não puderam apagar os traçados antigos, que figuram como marcas mnemônicas, indicando os vínculos dos indígenas e de seus antepassados com lugares específicos.

Para além da associação com o trabalho, a imagem de João de Nô é invocada para enfatizar outros valores sociais, como a solidariedade e a partilha de recursos entre parentes, compadres e vizinhos. Nessa direção, Baiaco recorda: “Pai fazia piaba e camarão enrolados na palha, camarão assado. Nós todos pequenos, em volta dele, comendo. Ele só gostava de comer com todo mundo de junto. Todo mundo tinha que comer um pouquinho”. A centralidade do parentesco, conforme meus interlocutores, levou-o a acolher inclusive parentes em dificuldades que, antes, haviam agido *mal*, quando eles o procuraram em momentos de dificuldade. Foi o que ocorreu com Zé Hortênsio, que teria *entregado* sua roça em troca de uma mala ou um relógio e saído pelo mundo.

“Ele foi, pensou que ia se dar bem; chegou lá, não era nada daquilo, teve que voltar”, conta Baiaco. Pediu guarida ao irmão mais velho, que lhe cedeu uma área.

Ainda que pudesse usar seus poderes para pequenas *perversidades* contra quem andasse mal, como se viu, João de Nô não se valia deles para *enricar*, não era avaro ou ganancioso, comportamentos bastante condenados entre os Tupinambá da Serra do Padeiro. Uma narrativa curta aborda essas questões. Diz-se que um dos irmãos mais novos de João de Nô costumava recordar a ocasião em que um homem, oriundo de Olivença, procurou o rezador para uma consulta. Conforme me relataram, o irmão de João de Nô contava:

Quando o cara chegou aqui e viu a casa em que o velho João morava, falou: “Esse velho sabe de nada!”. O velho mesmo [o homem vindo de Olivença] falou para ele [João de Nô]: “O cara sabe adivinhar e mora num lugar desses aqui?”. Aí diz que, quando foi na hora de rezar, o velho João pegou um rosário e deu a ele para segurar. O velho João começou a rezar e o rosário escapulia, aí o velho João: “Fecha a mão, rapaz! Oxente! Você não presta nem para segurar um rosário?”.

No conjunto das *coisas* deixadas por João de Nô, as *histórias* têm papel destacado: *todo mundo aqui tem história do velho João*. É importante frisar a conexão entre essas falas – que davam a conhecer o esbulho e a resistência, sustentando com palavras um modo de vida sob ataque – e o processo de mobilização contemporâneo. Um comentário de Baiaco a respeito de João de Nô deixa ver com clareza a relação entre memória e ação política: “O que ele [João de Nô] falava na beira do fogo, a gente não esqueceu. Nós fomos crescendo, a gente estudou um pouco mais, começou a entender as coisas e *foi se lembrando* do que nosso avô falava para a gente, dos nossos direitos” (ênfase minha).

Entre as histórias que contava aos filhos e netos, figuram aquelas relativas ao *adoecimento da terra*. Seu Lírio ainda não havia nascido quando se deu um episódio, em 1947, que inaugurou tempos difíceis para os moradores da Serra do Padeiro. “O pai falava: estava na mata e viu [o céu] turvando; foram para casa, as galinhas foram para o poleiro, ficou o dia todo assim. No dia seguinte, abriu”.⁴ Em seguida, veio a febre, uma devastadora epidemia de

⁴ Esse episódio pode guardar relação com a ocorrência de um eclipse total do sol em 20 de maio de 1947.

paludismo. “A pessoa estava enterrando um e já caía no túmulo, ou então chegava em casa e já estava doente”, diz seu Lírio. João de Nô enviuvou várias vezes; diz-se que teve, no total, 18 cônjuges e 32 filhos, boa parte dos quais morreu de malária e enfermidades contagiosas. A terra, por sua vez, perdeu a fertilidade e pragas começaram a proliferar.

Em 1951, ocorreu a primeira *seca grande* de que se tem lembrança na Serra do Padeiro. Molharam os pés de São José no rio de Una, mas a chuva demorou a cair. Os bichos, as gentes, os encantados e outras classes de seres recuaram; alguns desapareceram. Ainda hoje, a terra está em recuperação. Nas narrativas, terra e indígenas aparecem intimamente conectados – a enfermidade da primeira se desdobra na doença que acomete os segundos, coincidindo com a intensificação da penetração de não indígenas no território. Ao mesmo tempo, João de Nô fazia previsões sobre o *retorno da terra* e teria antevisto a chegada da vassoura-de-bruxa, bem como seu papel no enfraquecimento do poder dos não indígenas. Dona Maria conta:

O velho João cansou de dizer: “Aqui nessa região ainda vem época de o rico desejar ser pobre, porque vai dar uma doença no cacau...”. [Quando viesse a praga] os ricos iam perder tudo e os pobres já não tinham nada mesmo... Antigamente, você só ouvia falar em cacau. Os fazendeiros eram: “Cacaaaaa!”. Chegava a roncar o peito. Porque as roças de cacau carregavam de cima abaixo. Os ricos tomaram conta das terras todas, pobre ficou sendo escravo. A vassoura-de-bruxa... A melhor coisa do mundo que deus deu foi a vassoura-de-bruxa: deus mandou a bruxa para poder salvar o pobre. Só fala que foi desgraça quem não conhece da terra, quem não quer viver na terra. Porque o pobre, de primeiro, era mangado, pobre era pisado, tinha que trabalhar ali e se matar. E pobre não tinha direito de terra. Se fosse no tempo em que não tinha a vassoura-de-bruxa, os índios estavam se apoderando de terra? Uma peste que estavam! Ô, meu deus, os ricos mandavam matar tudo!

Além de seu papel na reprodução da memória social tupinambá, João de Nô atuava como força centrípeta, contrapondo-se à dispersão dos parentes. Conforme os não indígenas avançavam sobre o território, parte significativa dos indígenas passou a viver em pequenas porções de terra, sobrevivendo da agricultura em escala reduzida, criação de pequenos animais, caça, pesca e

coleta. Eles trocavam o que produziam com os vizinhos e, de quando em quando, transpunham longas distâncias a pé ou em lombo de burro para visitar parentes em outras porções do território, pagar impostos (no caso daqueles que haviam registrado seus sítios) e *fazer a feira* em cidades vizinhas, isto é, comprar mantimentos como café, sal e açúcar.

O conjunto de casos em que os indígenas conseguiram se manter na terra – melhor dito, em parte dela – a despeito do esbulho é um componente fundamental da resistência tupinambá. Ainda que muitos tivessem de passar a maior parte da vida fora do território, sempre teriam aonde voltar, graças à permanência de seus parentes nos sítios. Eram esses indivíduos que garantiam o vínculo dos parentes com o território, permitindo que se pensasse na futura recuperação das áreas em posse de não indígenas. Por isso, os indígenas que ficaram muitas vezes são referidos como *mourões*, as estacas grossas que sustentam a cerca.

Sendo um chefe de lugar relativamente próspero e muito respeitado, João de Nô foi um desses mourões, alguém cujo papel não se limitava a sua família extensa. Ouvi depoimentos de indígenas que deixaram a Serra do Padeiro, mas, de quando em quando, transpunham longas distâncias até a casa do rezador, em razão de doença ou dificuldades materiais, em dias santos, festas ou simplesmente para visitá-lo. Uma de suas netas, Maria Cabocla (Maria José da Silva), que cresceu em Olivença, lembra: “Mãe enchia um burro de meninos e vinha [até o sítio de João de Nô]: dois em um caçuá, dois no outro, um no meio. O dia todo andando. Quem podia, andava; quem não podia, ia no burro”. Na casa, conta-se, havia um fogo de chão sempre aceso, junto ao qual as pessoas se reuniam para ouvir histórias ou ser rezadas, enquanto tomavam café e comiam batatas, aipim e abóbora assados no borralho. Hoje, o sítio de seu Lírrio e dona Maria – como se indicou, antes detido por João de Nô – é o local mais movimentado da aldeia, ponto de referência para quem está de passagem ou vem de retorno ao território. Situam-se ali a casa do santo, o galpão de reuniões, a escola, o posto de saúde, o consultório odontológico e uma lanchonete. Além da festa de São Sebastião, também lá acontecem as frequentadas reuniões mensais da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro (AITSP).

Após haver chamado a atenção para o lugar de João de Nô na memória social tupinambá e para seu papel na manutenção do grupo étnico no período marcado pela diáspora, cabe assinalar como sua presença no

processo de recuperação territorial, assim como a de outros parentes mortos, dá-se de maneira bastante concreta. Descrevendo um momento delicado da luta, em que era preciso decidir rapidamente que estratégia adotar, o cacique Babau comentou: “Aí, quando cheguei cá, Maria Cabocla pegou um bocado de encantado. Até os fantasmas da família apareceram todos para conversar comigo: o Velho Nô, o velho João de Nô, Jandira [Anazilda Ferreira da Silva], Magno [Barbosa Santos]... Todos!”. Ainda de acordo com Babau, em diálogo mediado pelo corpo em que baixaram, os parentes mortos lhe deram conselhos e asseguraram que o desenlace da contenda seria positivo. “Eles disseram: ‘[...] Você sabe conduzir e tem condição de resolver a situação. Agora os meninos [parentes] não estão correndo risco. O risco é para você’. ‘Mas eu compporto?’. ‘Comporta’. ‘Então, vamos ver’. Eles se despediram todos de mim, foram embora, e eu disse: ‘Agora é a hora’”.

As manifestações de João de Nô depois de morto não começaram no quadro das retomadas. Um de seus bisnetos, Zeno (Alzenar Oliveira da Silva), lembra do que ocorreu em 1982 com sua avó, Jandira, recém-referida. Conforme a narrativa, quando Jandira estava a ponto de morrer, João de Nô teve que retornar dos mortos para perdoá-la, de modo que ela pudesse partir – durante anos, um desentendimento havia afastado pai e filha. No cenário político contemporâneo, as relações entre vivos e mortos se atualizam. Nota-se, no relato de Babau, que seguir os ensinamentos dos parentes mortos, ser procurado por eles e saber ouvi-los são todos fatores que lhe conferem legitimidade. Trata-se, afinal, de uma luta travada ao lado dos parentes mortos, em especial dos troncos velhos, como João de Nô. Em 16 de dezembro de 2013, 32 anos depois de sua perda, a Fazenda São João foi retomada.

referências bibliográficas

ALARCON, Daniela Fernandes. O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2013.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. Morada dos encantados: identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema, BA. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

PAVELIC, Nathalie Le Boulter. Aprender e ensinar com os Outros: a educação como meio de abertura e de defesa na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro (Bahia, Brasil). Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia/ École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2019.

QUADROS, Lino de. Livro dos mortos. Manuscrito. Acervo pessoal de Lino de Quadros.